

efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. **1. Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido o valor de R\$ 2 (R\$ 7 em 2020), referentes a trabalhos voluntários. **n. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº16. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out". As seguintes

normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imposto diferido - Relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06). Outras normas - não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve out" da Entidade: • Concessões de aluguel relacionados à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência a Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15); • Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26); • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); e • Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa fundo fixo	2	2
Banco conta movimento	-	54
Aplicações financeiras	2.105	2.527
	2.107	2.583

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio aproximado em 2021 foi de 4,42% a.a. (2,75% a.a. em 2020).

(a) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento; (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

16. Custos e despesas operacionais - Materiais e Medicamentos

	2021	2020
Materiais de uso do paciente	(249)	(181)
Materiais Manutenção e limpeza	(157)	(147)
Drogas e medicamentos	(76)	(132)
Outros custos gerais de materiais	(163)	(97)
	(645)	(557)

17. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **Isonomia previdenciária usufruída:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **18. Instrumentos financeiros:** A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.107	2.583
Créditos diversos		87	113
		2.194	2.696

Caixa e equivalentes de Caixa e ativos financeiros para negociação - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating, e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha. **Outros créditos -** De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Entidade avalia cada contraparte e gerência individualmente este risco. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco da Entidade não cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **d. Política de gestão de riscos:** A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Instrumentos financeiros "Não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **e. Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de	
		valor justo	2021 2020
Caixa e Equivalentes de caixa	Custo		2 56
Aplicações Financeiras	Amortizado	Nível 1	
Outros créditos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.105 2.527
	Custo Amortizado	Nível 2	87 113
			2.194 2.696
Passivos	Classificação		
Outros passivos financeiros			
Fornecedores	(custo amortizado)		(155) (143)
Outras contas a pagar	(custo passivos financeiros)		(193) (165)
	(custo amortizado)		(348) (308)

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1 -** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2 -** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3 -** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e título de capitalização). **19. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

Wilson Carnevali Filho - Presidente do Conselho de Administração
Alline Jorgetto Cezarani - Superintendente
Mario Rodrigo Kaoru Utsunomiya - Diretor Executivo
Marcelo Coli Fernandes - Diretor Corporativo Financeiro
Márcio Leite de Moraes - Contador - CRC/SP Nº 1SP247988/O-4

5. Imobilizado	Aparelhos de medicina e cirurgia		Instrumentos de cirurgia		Equipamentos de processamento de dados		Instrumentos Benéficos		Direito de uso de software		Total
	Instalações	de medicina e cirurgia	de medicina e cirurgia	Móveis e Máquinas	Veículos	de dados	sonoros	Benéficos	software	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	335	1.023	12	1.873	49	888	18	5.041	827	10.066	
Adições	-	-	-	9	-	6	-	-	-	15	
Reclassificações	-	-	-	1	-	(1)	-	-	-	-	
Baixas	(2)	(8)	-	(25)	-	(5)	-	-	-	(40)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	333	1.015	12	1.859	49	887	18	5.041	827	10.041	
Adições	-	4	1	11	-	11	-	-	-	27	
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	333	1.019	13	1.870	49	898	18	5.041	827	10.068	

Depreciação e amortização

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(282)	(893)
Depreciação e amortização	(17)	(41)
Baixas	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(299)	(926)
Depreciação e amortização	(14)	(28)
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(313)	(954)

Valor contábil

	2021	2020
Em 31 de dezembro de 2020	34	89
Em 31 de dezembro de 2021	20	65

6. Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Ordenados a pagar	340	331
Provisão para férias e encargos sociais	621	687
Encargos e contribuições sociais	103	89
	1.064	1.107

7. Outras contas a pagar

	2021	2020
Ticket Refeição e Cesta Basica a Pagar	61	60
Assistência médica a pagar	50	57
Cooperativa de empregados a pagar	24	29
Aluguéis a pagar	15	11
Outras Contas a Pagar	43	8
	193	165

8. Direito de uso de ativos e Arrendamentos a pagar: A Entidade, no início de um contrato, analisa se ele é ou possui um arrendamento. O reconhecimento de um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar ou controlar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções foram publicadas no texto da norma NBC TG 06 (R2) (CPC 06) Arrendamentos e dizem respeito a arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Na data de início, a Entidade mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, utiliza-se taxa incremental. A Entidade trouxe o passivo de arrendamento a valor presente, nas datas iniciais dos contratos, valendo-se de taxas de desconto equivalentes às usadas por instituições financeiras em operações de financiamento para a aquisição de ativos semelhantes aos bens arrendados e ajustadas ao perfil de risco da Entidade (spread de crédito). A média das taxas utilizadas pela Entidade é de 11,22% ao ano. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Entidade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado. Na demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade registra tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Ativos de direito de uso de arrendamentos		31/12/2021	
Ativos	Direito de Uso	Amortização acumulada	Líquido
Equipamentos de processamento de dados	154	(42)	112
Aparelhos de medicina e cirurgia	65	(22)	43
Total	219	(64)	155

Ativos de direito de uso de arrendamentos		31/12/2020	
Ativos	Direito de Uso	Amortização acumulada	Líquido
Equipamentos de processamento de dados	180	(19)	161
Total	180	(19)	161

Movimentação dos ativos de direito de uso

	Entrada 31/12/2020	de novos contratos 2021	Amortização 2021	Remen-surações 2021	31/12/2021
Equipamentos de processamento de dados	180	-	(26)	19	154
(-) Amortização acumulada	(19)	-	(42)	(11)	(42)
Aparelhos de medicina e cirurgia	76	-	(22)	(11)	65
(-) Amortização acumulada	-	-	(64)	(18)	(155)

Movimentação dos ativos de direito de uso

	Entrada 31/12/2019	de novos contratos 2020	Amortização 2020	Remen-surações 2020	31/12/2020
Equipamentos de processamento de dados	180	-	(19)	-	180
(-) Amortização acumulada	-	-	(19)	-	(19)

Passivos de arrendamento

	Entrada 31/12/2020	de novos contratos 2021	Juros Provisões para arrendamentos mercantis	Pagamentos do principal e juros	31/12/2021
Obrigações de curto prazo	41	51	28	20	(77)
Obrigações de longo prazo	120	25	(45)	-	100
	161	76	(17)	20	(77)

Passivos de arrendamento

	Entrada 31/12/2019	de novos contratos 2020	Juros Provisões para arrendamentos mercantis	Pagamentos do principal e juros	31/12/2020
Obrigações de curto prazo	-	60	-	(19)	41
Obrigações de longo prazo	-	120	-	-	120
	-	180	-	(19)	161

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out" do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte ("Entidade"), filial operacionalizada pela Associação Congregação de Santa Catarina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira

10. Bens públicos em nosso poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", passivo não circulante, com saldo de R\$ 3.012 em 2021 (R\$ 3.300 em 2020), refere-se aos valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado e intangível, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado e do intangível de Contrato de Gestão, registrado no passivo. **11. Patrimônio social:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais, e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. **12. Remuneração da administração:** O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

13. Receitas de Contrato de Gestão - Estadual

	2021	2020
Contrato de Gestão - Estadual (a)	15.169	17.078
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)	315	369
Repasso destinado a imobilizado - Estadual	(27)	(15)
	15.457	17.432

(a) Em 2019, a ACSC participou e sagrou-se vencedora do certame de Convocação Pública instituído pela Resolução (SS 68), de 2 de agosto de 2019, com vistas à celebração de um novo Contrato de Gestão pelo prazo de 5 anos, com vigência até 31 de dezembro de 2024, para administrar a gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. Este contrato estabelece o prazo de vigência determinado. A legislação estadual regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização é definido de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do hospital e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12 (ITG2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais. A reversão da rubrica passiva "Bens públicos em nosso poder" é feita em contrapartida nas receitas operacionais do Contrato de Gestão.

14. Custos e despesas operacionais-Pessoal e encargos

	2021	2020
Salários e ordenados	(5.301)	(5.002)
Benefícios a funcionários	(1.469)	(1.507)
Férias, 13º salário e encargos sociais	(1.024)	(994)
Encargos sociais	(539)	(683)
Verbas indenizatórias	(196)	(294)
	(8.529)	(8.480)

15. Custos e despesas operacionais-Serviços profissionais

	2021	2020
Repasso de honorários médicos (a)	(4.126)	(3.797)
Serviços técnicos contratados (b)	(2.340)	(2.475)
	(6.466)	(6.272)

Centro de Referência do Idoso da Zona Norte filial operacionalizada pela Associação Congregação de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação às Entidades, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

continuação

fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação Congregação de Santa Catarina com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com órgãos governamentais fiscalizadores, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas a esses órgãos e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Associação Congregação de Santa Catarina e o Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out":** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das empresas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das empresas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

**Associação Congregação de Santa Catarina
Centro de Referência do Idoso da
Zona Norte - CRI Norte - OSS**

CNPJ nº 60.922.168/0028-04
Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2021
Janeiro a Junho - 1º Semestre

Atividade Ambulatorial			
Descrição	Contratado	Realizado	% Variação
Consultas Médicas			
Primeiras Consultas Rede	4.200	3.631	-13,55%
Interconsultas	3.060	4.341	41,86%
Consultas Subsequentes	23.712	24.141	1,81%
Total	30.972	32.113	3,68%
Consultas Médicas por Telemedicina (Acompanhamento)			
Consultas Subsequentes	2.628	2.872	9,28%
Total	2.628	2.872	9,28%
Consultas não Médicas			
Consultas não Médicas	16.884	12.915	-23,51%
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	19.572	23.686	21,02%
Total	36.456	36.601	0,40%
Consultas não Médicas/Procedimentos Terapêuticos por Telemedicina (Acompanhamento)			
Consultas não Médicas	4.044	95	-97,65%
Total	4.044	95	-97,65%
Atividades Cirúrgicas			
Peq. Cirurgias Ambulatoriais (cma)	600	598	-0,33%
Total	600	598	-0,33%
Atendimento Odontológico			
Primeiras Consultas	240	231	-3,75%
Interconsultas	360	419	16,39%
Total	600	650	8,33%
SADT Externo			
Ultrassonografia	1.008	794	-21,23%
Endoscopia	420	438	4,29%
Métodos Diagnósticos Especialidades	3.060	3.695	20,75%
Total	4.488	4.927	9,78%
Atendimentos em Grupos - Centro de Convivência (Acompanhamento)			
Pacientes Atendidos	19.560	17.409	-11,00%
Número de Grupos	652	666	2,15%
Total	20.212	18.075	-10,57%

**Associação Congregação de Santa Catarina
Centro de Referência do Idoso da
Zona Norte - CRI Norte - OSS**

CNPJ nº 60.922.168/0028-04
Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2021
Julho a Dezembro - 2º Semestre

Atividade Ambulatorial			
Descrição	Contratado	Realizado	% Variação
Consultas Médicas			
Primeiras Consultas Rede	4.200	3.535	-15,83%
Interconsultas	3.060	3.845	25,65%
Consultas Subsequentes	23.712	22.314	-5,90%
Total	30.972	29.694	-4,13%
Consultas Médicas por Telemedicina (Acompanhamento)			
Consultas Subsequentes	2.628	1.230	-53,20%
Total	2.628	1.230	-53,20%
Consultas não Médicas			
Consultas não Médicas	16.884	9.661	-42,78%
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	19.572	26.104	33,37%
Total	36.456	35.765	-1,90%
Consultas não Médicas/Procedimentos Terapêuticos por Telemedicina (Acompanhamento)			
Consultas não Médicas	4.044	138	-96,59%
Total	4.044	138	-96,59%
Atividades Cirúrgicas			
Peq. Cirurgias Ambulatoriais (cma)	600	618	3,00%
Total	600	618	3,00%
Atendimento Odontológico			
Primeiras Consultas	240	255	6,25%
Interconsultas	360	376	4,44%
Total	600	631	5,17%
SADT Externo			
Ultrassonografia	1.008	778	-22,82%
Endoscopia	420	355	-15,48%
Métodos Diagnósticos Especialidades	3.060	3.277	7,09%
Total	4.488	4.410	-1,74%
Atendimentos em Grupos - Centro de Convivência (Acompanhamento)			
Pacientes Atendidos	19.320	14.195	-26,53%
Número de Grupos	644	617	-4,19%
Total	19.964	14.812	-25,81%



Sua conexão com o futuro.